



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

São Paulo, 18 de março de 2024

**Ao**  
**Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Domingos Martins –**  
**IPASDM**

**Ref.: Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio**  
**suplementar**

Em atendimento a Portaria MTP nº1.467/2022 em seu artigo 25 que traz a obrigação aos dirigentes e membros do conselho deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente deliberativo, pautar suas ações pela sustentabilidade de longo prazo do regime.

De forma mais detalhada em seu art. 64, conforme abaixo:

“Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo conforme Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, observados o disposto no Anexo VI, a estrutura e os elementos mínimos previstos do modelo disponibilizado pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.

§ 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS. ”

“Art. 50 (...)



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

§4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no demonstrativo previsto no §2º relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e do dirigente da unidade gestora do RPPS. ”

Conforme grifo acima, o modelo de Viabilidade Orçamentaria foi publicado pela SEPREV em seu site 16/11/2023, atualizado em 20/11/2023.

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao seu confronto com o plano de custeio apresentado no item **9.2**, identificando atendimento ao Limite Máximo estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período.

Vale ressaltar a distinção estabelecida pela Lei Complementar nº 178/2021 —dando nova redação à alínea c, VI, § 1º, art. 19º da Lei de Responsabilidade Fiscal e esclarecida na Nota Técnica SEI nº 18.162/2021/ME—, ao caracterizar a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos como recurso vinculado ao RPPS e não considerado como despesa com pessoal perante os limites determinados pela LRF, em contraste com a amortização de deficit realizada mediante aplicação de alíquotas sobre a folha de pagamento, esta sim inserida no conceito de encargo social e computada como despesa a ser considerada no limites da LRF.

Convém reiterar que tais aportes em valores estabelecidos deverão ser administrados e contabilizados isoladamente, permanecendo no mínimo 5 anos em aplicações segregadas, antes de servirem ao pagamento de benefícios previdenciários.

Relativamente à capacidade do ente federativo de arcar com o ônus do plano de amortização, convém frisar a dificuldade dos profissionais da Ciência Atuarial em emitir juízo de valor envolvendo grandezas inerentes ao âmbito da municipalidade, sujeitas a uma dinâmica distante do campo de visão da avaliação atuarial, esta, focada em retratar um momento em que são flagrados valores de ativos garantidores, calculadas provisões matemáticas a partir do manuseio de dados obtidos da base cadastral correspondente a um determinado momento e assumidas hipóteses e premissas preestabelecidas, de modo a permitir projetar no futuro uma estimativa do tamanho do compromisso para com cada segurado do plano de benefícios, trazendo-o ao presente mediante desconto utilizando



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

novas hipóteses, mostrando ao RPPS uma dimensão possível para sua responsabilidade e sugerindo meios para sua abordagem e um adequado tratamento.

Confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de alíquotas ou aportes no plano de custeio suplementar proposto, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	91.015.455,38
Pessoal Ativo	81.853.317,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.162.137,81
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.831.826,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.686.737,38
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	19.026,67
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.126.062,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	80.183.628,91
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	80.183.628,91

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	191.820.015,40
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	41,8%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	54,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	51,3%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	48,6%

#### 01 - Histórico

Ente:	Domingos Martins
Ano base da Avaliação	2024
Data Base:	31/12/2023
Data Cálculo:	31/12/2023

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2023)		7.356.094,47
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2023)		9.616.775,25
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	70.566.853,66	
Dívida Consolidada Líquida - DCL		-81.139.745,44
Resultado Atuarial		-37.717.816,76
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3,02%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	3,00%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2013	81.488.563,79	34.865.786,39	5,91%	88,03%	144.673.508,39	61.900.166,17		
2014	88.631.221,73	41.217.287,33	6,41%	77,54%	147.875.641,78	68.768.462,15	2,21%	11,10%
2015	91.942.797,90	44.866.248,81	10,67%	66,84%	138.611.004,96	67.639.401,66	-6,27%	-1,64%
2016	97.373.832,74	47.508.661,10	6,29%	50,76%	138.111.503,89	67.384.557,51	-0,36%	-0,38%
2017	96.607.273,26	47.042.093,12	2,95%	41,84%	133.097.857,01	64.810.873,68	-3,63%	-3,82%
2018	108.440.811,72	46.565.110,56	3,75%	37,77%	144.001.127,68	61.834.915,52	8,19%	-4,59%
2019	121.621.139,77	51.203.108,98	4,31%	32,79%	154.830.407,56	65.184.377,05	7,52%	5,42%
2020	130.583.597,80	52.343.067,26	4,52%	27,31%	159.051.004,70	63.753.929,11	2,73%	-2,19%
2021	147.011.544,96	54.052.758,56	10,06%	21,80%	162.693.319,39	59.818.585,77	2,29%	-6,17%
2022	178.179.253,21	71.802.885,70	5,78%	10,67%	186.411.134,71	75.120.179,02	14,58%	25,58%
2023	191.820.015,40	80.183.628,91	4,62%	4,62%	191.820.015,40	80.183.628,91	2,90%	6,74%



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE APOIO ATUARIAL S/S LTDA.

02 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

Ente: Domingos Martins

Impacto do déficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

-61,96%

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001 - GA + GF - Todos os Planos)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139001)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2023	0	191.820.015,40	70.566.853,66	20.368.067,41	9.162.137,81	4.073.613,48	3.080.209,69	-	-	3.175.510,23	77.720.676,83	97.014.364,79
2024	1	197.606.397,83	72.686.405,60	20.571.748,08	8.641.097,10	4.114.349,62	4.071.148,95	-	-	2.485.239,04	80.871.904,16	104.274.893,27
2025	2	203.567.330,45	74.869.620,57	20.777.465,56	9.045.796,82	4.155.493,11	4.478.263,84	-	-	2.558.206,09	83.503.377,53	111.963.023,57
2026	3	209.708.078,70	77.118.410,78	20.983.240,22	10.038.923,27	4.197.048,04	4.854.490,91	-	-	2.012.563,67	86.169.949,74	119.465.895,49
2027	4	216.034.066,84	79.434.745,84	21.193.092,62	10.261.276,27	4.239.018,52	4.854.490,91	-	-	1.862.181,07	88.528.255,27	127.179.370,08
2028	5	222.550.882,75	81.820.654,53	21.407.043,54	10.713.955,60	4.281.408,71	4.854.490,91	-	-	1.482.191,40	90.956.554,15	134.878.496,12
2029	6	229.264.282,88	84.278.226,57	21.621.113,98	11.077.255,23	4.324.222,80	4.854.490,91	-	-	1.192.308,34	93.456.940,28	142.654.872,46
2030	7	236.180.197,34	86.809.614,46	21.837.325,12	11.407.508,27	4.367.465,02	4.854.490,91	-	-	936.206,02	96.031.570,39	150.546.855,09
2031	8	243.304.735,10	89.417.035,32	22.055.698,37	12.089.112,18	4.411.139,67	4.854.490,91	-	-	329.494,34	98.682.665,91	158.200.933,30
2032	9	250.644.189,44	92.102.772,89	22.276.255,35	12.179.720,33	4.455.251,07	4.854.490,91	-	-	314.527,35	101.412.514,88	166.211.669,02
2033	10	258.205.043,45	94.869.179,51	22.499.017,91	12.251.851,81	4.499.803,58	4.854.490,91	-	-	318.793,44	104.223.474,01	174.616.096,25
2034	11	265.993.975,82	97.718.678,14	22.724.008,09	13.166.542,51	4.544.801,62	4.854.490,91	-	-	518.735,72	107.636.706,39	182.571.097,54
2035	12	274.017.866,68	100.653.764,56	22.951.248,17	15.338.055,31	4.590.249,63	4.854.490,91	-	-	(2.812.315,35)	112.910.820,46	188.563.398,26
2036	13	282.283.803,71	103.677.009,48	23.180.760,65	16.128.407,78	4.636.152,13	4.854.490,91	-	-	(3.323.955,34)	116.491.607,86	194.322.851,97
2037	14	290.799.088,40	106.791.060,83	23.412.568,26	17.153.171,18	4.682.513,65	4.854.490,91	-	-	(4.269.219,12)	120.597.284,52	199.393.981,42
2038	15	299.571.242,51	109.998.646,10	23.646.693,94	17.692.249,41	4.729.338,79	4.854.490,91	-	-	(4.728.002,74)	124.310.478,54	204.241.635,71
2039	16	308.608.014,66	113.302.574,66	23.883.160,88	18.299.929,62	4.776.632,18	4.854.490,91	-	-	(5.254.585,40)	128.188.283,15	208.785.507,39
2040	17	317.917.387,25	116.705.740,30	24.121.992,49	22.089.024,92	4.824.398,50	4.854.490,91	-	-	(8.961.772,16)	135.346.401,87	209.752.939,83
2041	18	327.507.583,45	120.211.123,71	24.363.212,41	22.580.907,56	4.872.642,48	4.854.490,91	-	-	(9.370.927,18)	139.309.184,29	210.348.291,99
2042	19	337.387.074,50	123.821.795,10	24.606.844,54	22.995.308,35	4.921.368,91	4.854.490,91	-	-	(9.701.773,08)	143.299.428,01	210.633.692,81
2043	20	347.564.587,18	127.540.916,93	24.852.912,98	23.369.619,56	4.970.582,60	4.854.490,91	-	-	(9.991.693,84)	147.357.684,29	210.635.998,28
2044	21	358.049.111,52	131.371.746,61	25.101.442,17	23.468.202,32	5.020.288,42	4.854.490,91	-	-	(10.005.042,26)	151.251.568,20	210.624.743,01
2045	22	368.849.908,73	135.317.639,42	25.352.456,53	25.203.384,43	5.070.491,31	4.854.490,91	-	-	(11.654.137,67)	156.896.759,31	208.923.772,30
2046	23	379.976.519,40	139.382.051,39	25.603.981,10	25.237.120,74	5.121.196,22	4.854.490,91	-	-	(11.600.926,43)	160.958.664,95	207.194.638,70
2047	24	391.438.771,92	143.568.542,38	25.862.040,91	25.307.959,65	5.172.408,18	4.854.490,91	-	-	(11.583.948,31)	165.179.389,78	205.398.859,89
2048	25	403.246.791,15	147.880.779,16	26.120.661,32	25.305.698,29	5.224.132,26	4.854.490,91	-	-	(11.492.991,74)	169.452.394,08	203.608.973,04
2049	26	415.411.007,39	152.322.538,65	26.381.867,93	25.121.346,35	5.276.373,59	4.854.490,91	-	-	(11.219.057,65)	173.672.460,80	202.012.688,38
2050	27	427.942.165,56	156.897.711,20	26.645.686,61	24.976.445,74	5.329.137,32	4.854.490,91	-	-	(10.983.679,05)	178.065.018,49	200.579.922,58
2051	28	440.851.334,72	161.610.304,02	26.912.143,48	24.601.223,49	5.382.428,70	4.854.490,91	-	-	(10.517.074,05)	182.364.297,68	199.555.467,87
2052	29	454.149.917,83	166.464.444,67	27.181.264,91	24.306.637,77	5.436.252,98	4.854.490,91	-	-	(10.130.191,74)	186.885.380,31	198.877.508,21
2053	30	467.849.661,83	171.464.384,70	27.453.077,56	23.946.031,44	5.490.615,51	4.854.490,91	-	-	(9.676.365,86)	191.485.856,99	198.631.453,55
2054	31	481.962.668,00	176.614.503,35	27.727.608,34	23.655.958,23	5.545.521,67	4.854.490,91	-	-	(9.292.140,90)	196.306.656,83	198.767.002,27
2055	32	496.501.402,70	181.919.311,39	28.004.884,42	23.299.933,45	5.600.976,88	4.854.490,91	-	-	(8.841.022,86)	201.215.802,05	199.371.218,86
2056	33	511.478.708,30	187.383.455,09	28.284.933,26	22.951.786,27	5.656.986,65	4.854.490,91	-	-	(8.396.831,49)	206.291.764,14	200.459.785,61
2057	34	526.907.814,61	193.017.720,27	28.567.782,60	22.611.350,27	5.713.556,52	4.854.490,91	-	-	(7.959.390,84)	211.539.158,54	202.049.327,15
2058	35	542.802.350,50	198.809.036,49	28.853.460,42	22.278.462,47	5.770.692,08	-	-	-	(12.383.019,27)	216.962.747,85	199.184.997,81



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Resultado Financeiro
2023	0	40,52%	-21,02%	
2024	1	40,93%	-20,22%	7,48%
2025	2	41,02%	-20,04%	7,37%
2026	3	41,09%	-19,90%	6,70%
2027	4	40,98%	-20,12%	6,46%
2028	5	40,87%	-20,33%	6,05%
2029	6	40,76%	-20,54%	5,77%
2030	7	40,66%	-20,74%	5,53%
2031	8	40,56%	-20,94%	5,08%
2032	9	40,46%	-21,13%	5,06%
2033	10	40,36%	-21,32%	5,06%
2034	11	40,47%	-21,12%	4,56%
2035	12	41,21%	-19,68%	3,28%
2036	13	41,27%	-19,56%	3,05%
2037	14	41,47%	-19,16%	2,61%
2038	15	41,50%	-19,11%	2,43%
2039	16	41,54%	-19,03%	2,22%
2040	17	42,57%	-17,01%	0,46%
2041	18	42,54%	-17,08%	0,28%
2042	19	42,47%	-17,21%	0,14%
2043	20	42,40%	-17,35%	0,00%
2044	21	42,24%	-17,65%	-0,01%
2045	22	42,54%	-17,08%	-0,81%
2046	23	42,36%	-17,43%	-0,83%
2047	24	42,20%	-17,74%	-0,87%
2048	25	42,02%	-18,09%	-0,87%
2049	26	41,81%	-18,50%	-0,78%
2050	27	41,61%	-18,89%	-0,71%
2051	28	41,37%	-19,36%	-0,51%
2052	29	41,15%	-19,78%	-0,34%
2053	30	40,93%	-20,22%	-0,12%
2054	31	40,73%	-20,60%	0,07%
2055	32	40,53%	-21,00%	0,30%
2056	33	40,33%	-21,38%	0,55%
2057	34	40,15%	-21,74%	0,79%
2058	35	39,97%	-22,08%	-1,42%

Convém frisar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos —e não por incidência de alíquotas— configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

**Observação:** conforme o disposto no § 8º do art. 55 da Portaria MTP nº 3.803/2022, aportes atuariais realizados em valores deverão ser controlados separadamente e cumprir permanência mínima de 5 anos em aplicações financeiras.

Diante desse quadro, manifestamos nosso entendimento pela adequação do plano de custeio em curso, tendo em vista a perseguição ao equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e os recursos técnicos atuariais disponíveis, reiterando o inconveniente produzido pela manipulação de incertezas envolvidas em torno de dados, premissas, estimativas e projeções inseridos num contexto, com mais que prováveis efeitos sobre decisões a serem tomadas pelos poderes municipais em função das particularidades associadas a arrecadação, manutenção de pessoal, dissídio coletivo e tantas variáveis componentes de uma equação dinâmica, invisível ao olhar de um estudo atuarial posicionado em uma data congelada no contexto da complexa administração da municipalidade.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda  
Richard Mendes Dutzmann  
Sócio - Diretor